



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezoito, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, na sala de reuniões do Tribunal de Justiça do Estado, sob a Coordenação do Excelentíssimo Senhor Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES** se iniciou a 1ª reunião do Comitê Orçamentário de Segundo Grau do primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018. Presentes os senhores membros: **ANTÔNIO OSCAR CORDERO MOREIRA, JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA, DAVID DA CRUZ GOMES, MARIA DE NAZARÉ CARVALHO FRANCO e SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO**, membros titulares do referido comitê. Também se fizeram presentes: **A EXMA. DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**, representante da Associação dos Magistrados - **AMEPA** e, ainda, **EDVALDO DOS SANTOS LIMA JÚNIOR, FÁBIO HELLANN MARTINS COSTA E DANYELLE RODRIGUES MARTINS** representantes do SINDOJUS, SINJEP E SINDJU, respectivamente, todos sem direito a voto. Aberta a sessão e procedida a conferência, foi constatada a presença de todos os membros titulares e, portanto, a existência de quórum para a realização da reunião. O Excelentíssimo Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**, após designar o servidor **RAFAEL LE BIHAN** para secretariar o ato, saudou os presentes e abriu os trabalhos, passando a expor sobre a criação do Comitê, por meio da Portaria 5541/17 - GP, em cumprimento as Resoluções 07/15 e 18/17 do TJ/PA. Facultada a palavra, ninguém se manifestou. Passando a pauta, foi feita uma explanação dos itens 1, 2 e 3 pela servidora **CLEOMARINA CARNEIRO DE MOURA**, Assessora da Secretaria de Planejamento, a pedido da senhora secretária, também presente no ato. Foi apresentado o Plano de Gestão 2017/2019 e seus parâmetros programáticos; a Lei Orçamentária Anual - LOA, com as Receitas e Despesas e os Parâmetros Programáticos e Financeiros para o exercício financeiro de 2019. Ao final da exposição, foi entregue aos presentes planilha contendo o demonstrativo de gastos de 2018, a qual passa a fazer parte integrante desta ata. Passado ao quarto item da pauta: *Necessidades e Demandas do Poder Judiciário no 2º Grau de Jurisdição*, foi colhida a manifestação dos participantes. Neste momento, o Excelentíssimo Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES** reconheceu os esforços das gestões anteriores em cortar despesas não essenciais, em face da queda na arrecadação de impostos, resultado da crise econômica. Em seguida, questionou a secretária se há possibilidade de ocorrer uma mudança no cenário econômico que permita ao Poder Judiciário ter uma situação financeira mais confortável. Em resposta, foi dito pela senhora secretária que ainda é difícil acenar para um cenário econômico positivo, diante da natureza da crise econômica, que tem como



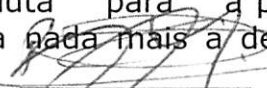
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

origem primeira uma crise política, mas frisou que em um período de três a quatro anos, espera-se uma melhora. A servidora **CLEOMARINA CARNEIRO DE MOURA** esclareceu que, embora tenha havido uma melhora nos indicadores econômicos, tal melhora ainda não repercutiu na arrecadação de impostos. Ainda com a palavra, o Excelentíssimo Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES** expôs que dentre as atribuições do Comitê Orçamentário de 2º Grau está a de auxiliar na captação das necessidades ou demandas do Poder Judiciário e auxiliar na elaboração da proposta orçamentária referente ao 2º grau de jurisdição. Após, indagou acerca da situação do orçamento de 2019 e com o que o comitê poderá contribuir para aprimorar o orçamento. Em resposta, a secretária esclareceu que o orçamento de 2019 ainda está em elaboração. Então, o Excelentíssimo Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES** deliberou que as sugestões dos membros do comitê referente ao orçamento de 2019 sejam colhidas na próxima reunião. Passada a palavra ao Secretário Judiciário, senhor **DAVID DA CRUZ GOMES**, foi indagado sobre o início da cobrança das custas do agravo interno. Nesta ocasião, lhe foi respondido que a cobrança das custas se dará em breve, já tendo sido aprovada Lei Estadual que autoriza a cobrança das custas para ingresso com referido recurso. Em seguida, a senhora **DANYELLE RODRIGUES MARTINS**, representante do SINDJU, indagou a sobre a rubrica fiscalização das receitas do fundo de reaparelhamento do judiciário, constante do demonstrativo de gastos entregue durante o ato. Respondidos os questionamentos pela senhora secretária, foi passada a palavra ao secretário geral da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e Privado – UPJ, **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, o qual questionou se há previsão para a chamada dos servidores aprovados em concurso público, quando lhe foi respondido que há a previsão de chamada apenas para o primeiro grau, mas não para o segundo grau de jurisdição. Depois, o senhor **FÁBIO HELLANN MARTINS COSTA**, representante do SINJEP, ressaltou a necessidade de uma maior fiscalização na arrecadação e indagou se há previsão para a chamada dos aprovados no concurso para o cargo de fiscal de arrecadação. Em resposta, lhe foi dito que há uma determinação do CNJ para que seja dado prioridade ao preenchimento de cargos de servidores da área finalística e que os cargos a que o representante do sindicato se refere seriam de apoio. Logo depois, o senhor **EDVALDO DOS SANTOS LIMA JÚNIOR** discorreu sobre a necessidade de repor em segundo grau os cargos vagos deixados pelos servidores aposentados. Após, questionou se o projeto de segurança e acesso aos prédios está relacionado com a convocação de policiais militares aposentados, sendo informado que o projeto mencionado é um projeto piloto na comarca de Tome-Açú, com o qual não está diretamente relacionado. No entanto, a utilização de policiais aposentados irá, de certa forma, influenciar na segurança dos prédios. Por derradeiro, a senhora **DANYELLE RODRIGUES MARTINS** se manifestou acerca dos parâmetros usados pelo CNJ para determinar o número de servidores por vara e afirmou que sem a participação dos

[Handwritten signatures and initials]



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

presidentes dos tribunais na construção desses parâmetros, torna-se difícil modifica-los depois. Nessa oportunidade, foi esclarecido que o Poder Judiciário tinha um déficit estrutural no quadro de servidores e que os parâmetros fixados pelo CNJ estão corretos. Encerrados os debates, o Excelentíssimo Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES** afirmou que segundo a resolução 07/2015 do TJ/PA a próxima reunião do comitê deveria ocorrer ainda no primeiro quadrimestre. Todavia, foi deliberado o dia **25/05/18, às 09:00 horas, no mesmo local**, como data escolhida para a próxima reunião, ficando todos os presentes devidamente convocados para o ato. Foi escolhido como pauta para a próxima reunião o orçamento de 2019. Como não havia nada mais a deliberar, o ato foi encerrado às 11h30m, do qual eu,  **RAFAEL LE BIHAN**, lavrei a presente ata, que segue assinada por todos os membros do comitê, para que tenha os efeitos legais. Belém, vinte e três de março de 2018.



Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Coordenador

p.p. *elaborado pelo que foi discutido*

Antônio Oscar Cordero Moreira

Assessor de Desembargador



Jonas Pedroso Libório Vieira

Secretário Geral da UPJ

pl. Nathan de Almeida de Brito

David da Cruz Gomes

Secretário Judiciário

M. Franco

Maria de Nazaré Carvalho Franco

Secretária da Seção de Direito Penal



Sueli Lima Ramos Azevedo

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças

Desa. Maria Filomena de Almeida Buarque

Representante da Associação dos Magistrados - AMEPA



Edvaldo dos Santos Lima Júnior

Representante do SINDOJUS

Fábio Hellann Martins Costa

Representante do SINJEP



Danyelle Rodrigues Martins

Representante do SINDJU